

Acordo prevê que recuperação aconteça até 2027 **Sociedade**

# Professores vão recuperar num ano metade do tempo de serviço congelado

Governo e sete sindicatos chegaram a acordo sobre a devolução do tempo de serviço. Medida custará 300 milhões por ano. Professores com tempo a recuperar dispensados de vagas de acesso ao 5.º e 7.º escalões

**Cristiana Faria Moreira**

Depois de anos de braço-de-ferro entre sindicatos e sucessivos governos, de muitas greves e manifestações, a primeira fatia dos 25% do tempo de serviço congelado será devolvida aos professores já em Setembro e vai custar cerca de 40 milhões de euros, segundo avançou o ministro da Educação, Fernando Alexandre.

Ontem, o Governo chegou a acordo com sete das 12 estruturas sindicais representantes dos docentes sobre a recuperação do tempo de serviço dos professores, com uma proposta que prevê a devolução total do tempo até 2027, à razão de 25% ao ano. Feitas as contas, o compromisso é que os docentes recuperem, entre 2024 e 2025, metade dos seis anos, seis meses e 23 dias.

“Este Governo anunciou a intenção de cumprir a promessa eleitoral que tinha feito e, em menos de um mês, cumpriu”, declarou Fernando Alexandre, numa breve declaração aos jornalistas, ainda antes de se reunir com a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) – a última organização sindical ouvida –, que não assinou o acordo por considerar que “excluiu milhares de professores”.

De acordo com o governante, a recuperação do tempo de serviço “vai beneficiar mais de 100 mil professores, que vão ter um progresso significativo na sua carreira”. A devolução da primeira tranche de 25% implicará um custo de 40 milhões. Esse valor irá crescer ao longo dos anos, à medida que os professores forem progredindo. Em 2027, quando a totalidade do tempo de serviço congelado for devolvida aos docentes, as contas do Governo apontam para que esta medida represente uma despesa de cerca de 300 milhões por ano.

“É um dia histórico para todos os professores, que finalmente viram alcançar um dos seus grandes objetivos”, frisou o secretário-geral da Federação Nacional de Educação (FNE), Pedro Barreiros. Além da FNE, também a Federação Nacional do Ensino e Investigação (Fenei), o Sindicato Independente de Professores e Educadores (SIPE), a Federação Portuguesa dos Profissionais de Educação, Ensino, Cultura e Investigação (Fepeci), o Sindicato Nacional dos Professores Licenciados pelos Politécnicos e Universidades (Spliu), o Sin-



Sete das 12 organizações representantes dos professores assinaram o acordo com o Governo

“**Para resolver problemas, temos de fazer um esforço de aproximação**”

**Fernando Alexandre**  
Ministro da Educação

dicato Nacional dos Professores Licenciados (SNPL) e o Sindicato dos Educadores e Professores do Ensino Básico (Sipbe) também subscreveram a proposta.

Já a Fenprof, a Associação Sindical de Professores Licenciados (ASPL), o Sindicato dos Educadores e Professores Licenciados pelas Escolas Superiores de Educação e Universidades (Sepleu), a Pró-Ordem e o Sindicato de Todos os Profissionais da Educação (Stop) não assinaram o acordo por considerarem que “houve falta de vontade política” do ministério de

criar mecanismos que compensassem os professores que estão já no topo da carreira e que não vão beneficiar com a devolução do tempo de serviço. Algumas organizações sindicais admitem requerer negociação suplementar.

Embora assinalando que houve alguma aproximação do Governo às reivindicações dos sindicatos, o secretário-geral da Fenprof considerou que a proposta não responde a todos os professores com tempo a recuperar, deixando ainda críticas à forma como a proposta final foi elaborada. “Há 25.400 professores que não serão abrangidos na totalidade pela recuperação”, notou Mário Nogueira, referindo-se aos que já estão nos três últimos escalões – e que não beneficiarão da recuperação do tempo de serviço, perdendo no cálculo do valor da sua pensão.

O facto de não estarem previstas, para já, quaisquer medidas de compensação para estes docentes e para aqueles que já se aposentaram foi um dos pontos que mais pesaram na decisão das cinco organizações sindicais que não assinaram o acordo.

Na declaração aos jornalistas, ainda antes de se reunir com a Fenprof, o ministro da Educação considerou que esta plataforma sindical “nunca fez parte da solução”. “Nós esperamos

que possa ser, mas nunca foi. A Fenprof tem uma agenda muito própria. Eu confesso que, em muitas discussões, tenho dúvidas de que a educação seja, de facto, a sua grande preocupação, mesmo os professores. Se queremos resolver problemas, temos de fazer o exemplo aqui dado, que é um esforço de aproximação. Quando resolvemos um problema, não podemos colocar outro em cima da mesa sistematicamente, de forma a que nunca se resolva nada”, declarou Fernando Alexandre. Mário Nogueira considerou estas declarações “absolutamente execráveis”.

**Mais vagas para o 5.º e o 7.º**

De acordo com Pedro Barreiros, da FNE, os docentes vão receber 25% ao ano, estando a devolução do tempo de serviço concluída em Julho de 2027. “Praticamente passados 20 anos de luta – porque não começou nem agora, nem no ano passado –, alcançamos todos os nossos objectivos no que diz respeito à recuperação do tempo de serviço”, sublinhou.

Ao longo das últimas semanas, os representantes dos professores e a nova equipa do Ministério da Educação estiveram a discutir a recuperação do tempo de serviço dos docentes, que foi congelado entre 2011 e 2017, durante o período de assistência financeira da *troika*. A carreira foi descongelada em 2018, mas há seis anos, seis meses e 23 dias de serviço que os professores nunca viram devolvidos, devido ao elevado custo que essa devolução implicaria.

O ministério considerou fazer ainda algumas cedências em relação ao diploma do “acelerador” das carreiras, admitindo agora que os professores que já beneficiaram deste diploma – e recuperaram algum do tempo que estiveram a aguardar vaga para subir para o 5.º e 7.º escalões – possam não ver descontado esse tempo nos anos que têm a recuperar.

Segundo os sindicatos, a tutela abriu ainda a possibilidade de alargar estas vagas adicionais aos professores que têm tempo a recuperar, independentemente de estarem abrangidos pelo decreto-lei 74/2023. Segundo a FNE, esse compromisso está garantido. “Obtivemos a garantia de que todos os professores alvo de congelamento irão ficar dispensados de vagas de acesso ao 5.º e ao 7.º escalões”, frisou Pedro Barreiros.



Os últimos anos foram marcados por diversas greves e protestos



**Acordo entre Governo e sete sindicatos**  
**Professores vão recuperar num ano metade do tempo de serviço congelado**

Sociedade, 11